

**COMANDO DA ACADEMIA E ENSINO BOMBEIRO MILITAR**

**EVERTON WILLIAN SOUZA MARTINS**

**ANÁLISE DO CONHECIMENTO EM SALVAMENTO AQUÁTICO DOS  
ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM GOIÂNIA:**  
Atendimento da NT-16 do CBMGO

GOIÂNIA  
2017

**EVERTON WILLIAN SOUZA MARTINS**

**ANÁLISE DO CONHECIMENTO EM SALVAMENTO AQUÁTICO DOS  
ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM GOIÂNIA:**

Atendimento da NT-16 do CBMGO

Artigo Científico, apresentado ao Comando da Academia e Ensino Bombeiro Militar, como parte das exigências para conclusão de Curso de Formação de Oficiais e a obtenção do título de Aspirante a Oficial, sob orientação do Sr. Tenente Coronel QOC Roberto Machado Borges.

GOIÂNIA  
2017

**EVERTON WILLIAN SOUZA MARTINS**

**ANÁLISE DO CONHECIMENTO EM SALVAMENTO AQUÁTICO DOS  
ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM GOIÂNIA:**  
Atendimento da NT-16 do CBMGO

Goiânia, 25 de abril de 2017.

NOTA

**BANCA EXAMINADORA**

---

Pedro Carlos Borges de Lira TC QOC  
Oficial Presidente

---

Sancler Ramos 1º TEN QOC  
Oficial Membro

---

Renata Vilela Chaveiro 2º TEN QOC  
Oficial Membro

# ANÁLISE DO CONHECIMENTO EM SALVAMENTO AQUÁTICO DOS ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM GOIÂNIA: Atendimento da NT-16 do CBMGO

Everton Willian Souza Martins <sup>1</sup>

## RESUMO

Nas ocorrências de afogamento é indispensável o rápido atendimento e a intervenção de socorro especializado como do Corpo de Bombeiros Militar e Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. Nota-se que há sempre entre a ocorrência e o afogamento um período que não favorece a vítima. O objetivo da pesquisa visa analisar o conhecimento dos acadêmicos de educação física em salvamento aquático com referência a Norma Técnica – 16 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. A metodologia do trabalho foi realizada através de pesquisa com sete instituições de ensino superior que proporcionam a graduação do curso de Educação Física para esses acadêmicos, onde foi avaliado seus conhecimentos em resgate e salvamento aquático, recuperação de afogados, prevenção em áreas de piscinas, sobre sua capacitação por outras instituições e aspiração ao curso de salvamento aquático. Assim, foi concluído no estudo que é preciso uma melhor capacitação em salvamento aquático para esse profissional, no intuito de atender a Norma técnica 16 – Segurança de Piscinas e Emprego de Guarda vidas.

**Palavras Chave:** Natação. Salvamento aquático. Afogamento. Prevenção.

## ABSTRACT

In the event of drowning, it is indispensable the rapid attendance and the specialized assistance intervention as of the Military Fire Brigade and the Emergency Mobile Service - SAMU. It is noted that there is always between the occurrence and the drowning a period that does not favor the victim. The objective of the research is to analyze the knowledge of the academics of physical education in aquatic rescue with reference to Technical Standard - 16 of the Fire Brigade of the State of Goiás. The methodology of the work was carried out through the research with 7 institutions of higher education that provide The graduation of the education course for these academics, where he was evaluated his knowledge in rescue and aquatic rescue, the recovery of drowned people, the prevention in swimming areas, his training by other institutions and aspiration to the aquatic rescue course. Thus, it was concluded in the study that a better training in aquatic rescue is required for this professional in order to comply with Technical Standard 16 - Swimming Pool Safety and Guardian Employment.

**Keywords:** Swimming. Water rescue. Drowning. Prevention

<sup>1</sup>Formação em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Federal do Amapá. Especialista em Salvamento Aquático pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá. E-mail: everton.wsm@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Os profissionais de educação física em meio aquático possuem diversas áreas de atuação, motivo pelo qual o papel do professor de natação é discutido na prevenção e controle de afogamento, tema pouco aprofundado cientificamente (CORREIA; NUNES, 2012).

Há carência de literatura para o profissional de educação física naquilo que deveria ser relevante ao profissional, enfatizando em medidas preventivas, técnicas de sobrevivência e noções básicas de resgate e salvamento direcionados para natação (SANTANA, 1999).

Atualmente os centros educativos realizam atividades no ambiente aquático por intermédio de profissionais de educação física. Porém, a maioria das orientações dessas atividades estão voltadas apenas para as modalidades de natação, o que leva a compreensão errada de que no meio aquático é apenas praticado o esporte da natação (MARIN, 2004).

Segundo Szpilman (2012), nas ocorrências em que há o afogamento é indispensável o rápido atendimento de emergência, sendo que mesmo com a possibilidade da intervenção do socorro especializado (Bombeiros Militar, Samu e outros), vai existir sempre entre a ocorrência e o atendimento um tempo que não é favorável para a vítima em afogamento.

De acordo com a Norma Técnica 16/2014 CBMGO – Segurança em área de piscinas e emprego de guarda vidas, diz que quando na ocasião de existência de treinos em que há a presença de instrutor e monitor de natação que esteja regularizado no CONFEF/CREF não há necessidade do serviço de guarda vidas.

É de suma importância que a capacitação tanto teórica como a prática para o professor de natação possa ser utilizada em medidas preventivas para evitar acidentes na água, além de técnicas de auto-salvamento e salvamento aquático. (CORREIA; NUNES, 2012).

A reação que gera uma atuação da sociedade acontece normalmente após o fato ocorrido dos casos de trauma e acidentes de afogamento. Nesse caso, há poucas possibilidades de ser corrigido, o que implica apenas em amenizar a situação. A sociedade pode fazer a diferença tendo como objetivo a atuação pró-ativa direcionada na prevenção (SZPILMAN, 2012).

O salvamento aquático é de extrema importância para esses futuros profissionais que tenham a escolha de trabalhar com a instrução em piscina na profissão, devendo ter em seu repertório o conhecimento da prevenção, análise técnica e principalmente a segurança para conseguir atuar em uma possível emergência aquática em piscinas. Esse estudo visa entender o conhecimento em salvamento aquático que o profissional de Educação Física obteve na vida acadêmica na disciplina de Natação, mais especificamente a recuperação de afogados, a prevenção de acidentes em piscinas, capacitação por outras instituições da sociedade, resgate,

salvamento aquático e aspiração a capacitação em salvamento aquático com intuito de atender a NT – 16 do CBMGO.

## **2. NATAÇÃO**

Ao se tratar de natação é comum em manuais e dicionários esportivos descrever como atividade física que realiza a movimentação de braços e pernas com o objetivo de se deslocar na água. Tão antiga como o existir do próprio homem, em que prática da natação era essencial para escapar de predadores e inimigos com o propósito de sobreviver, além de um meio de diversão. Desse tempo aos dias atuais houve mudanças assim como para o homem quanto para natação (VIEIRA; FREITAS,2006).

Sinalizamos a prática da natação como um dos itens necessários para a segurança individual no meio líquido reforçando que saber nadar é uma das formas para evitar um afogamento, porém a principal é a prevenção (CORREIA; NUNES 2012).

## **3. SALVAMENTO AQUÁTICO**

As operações que envolvem rios, lagoas, represas, mares, piscinas e outros mananciais de água, buscando a prevenção da integridade física das pessoas de forma que nesses locais não ocorram acidentes, entende-se como salvamento aquático. (MANUAL TÉCNICO DE BOMBEIROS DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2004).

Nos estudos de Guaiano (2005) 95% dos graduandos em educação física aspiram o curso de salvamento aquático.

### **3.1. Salvamento Simples e Salvamento com Equipamento**

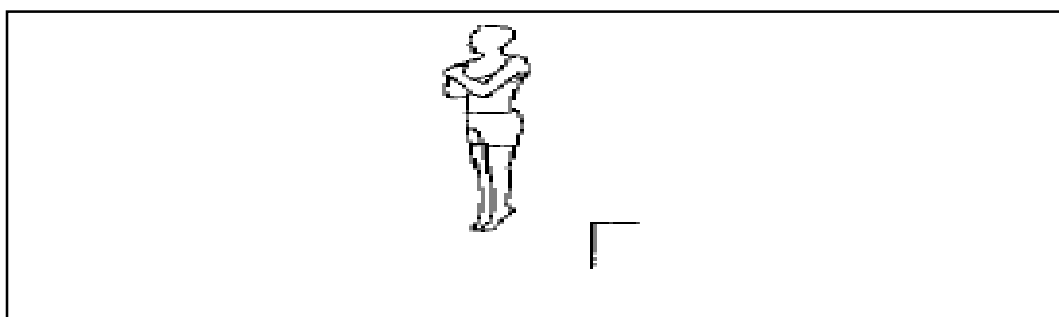
Salvamento Simples é o processo em que um ou dois guarda vidas, sem utilização de equipamentos, realizam salvamento. Inicia-se pela entrada na água devendo o guarda vidas na execução não submergir a cabeça para não correr o risco de perder a visão da vítima durante o resgate ou do próprio guarda vidas sofrer um eventual acidente em locais desconhecidos. O deslocamento até a vítima é realizado através do nado de aproximação, que é o nado *craw* com a cabeça sobre a água, geralmente a vítima é abordada pelas costas para evitar incidentes indesejáveis seguido do transporte até a margem para retirada da água. Enquanto o salvamento com equipamento tem como objetivo salvar a vítima de forma indireta, com o lançamento ou

arremesso de equipamentos próprios, efetuando o salvamento de forma direta, levando o equipamento e realizando o transporte da vítima até a margem (CORREIA; NUNES, 2012).

### 3.2. Manobras de Salvamento Aquático

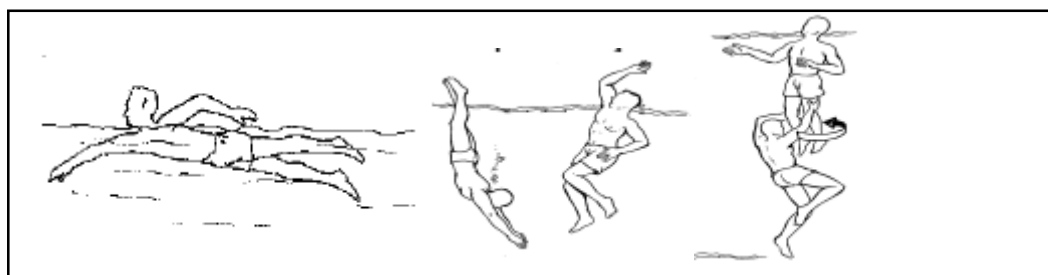
De acordo com a Coletânea MTB – 09 Salvamento Aquático (2006) e Dalla Déa (2010) as manobras de salvamento aquático podem ser:

**ENTRADA NA ÁGUA:** a forma de entrada na água depende da profundidade que o local tiver, da altura da margem, da transparência da água e a distância a ser percorrida em relação a vítima.



**Imagem 1** – Entrada na água  
**Fonte:** DALLA DÉA, 2010

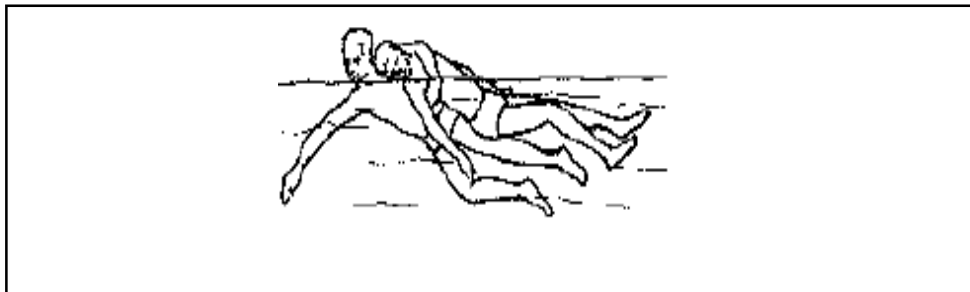
**NADO APROXIMAÇÃO:** é o tipo de nado que visa chegar com rapidez até a vítima. Sua aproximação é feita no nado *craw* com a cabeça acima da superfície da água com intuito de não perder a vítima de vista na possibilidade de sua submersão. Caso haja submersão, deverá ser feito um mergulho próximo da vítima e em sua direção, de maneira a evitar ser agarrado pela mesma, após essa etapa deve-se segurar com uma das mãos por cima do joelho da vítima e a outra na parte anterior de uma das coxas, colocando a vítima de costas para si e iniciar o reboque.



**Imagem 2** – Etapas da aproximação  
**Fonte 1:** DALLA DÉA, 2010

**Fonte 2:** MANUAL DE SALVAMENTO AQUÁTICO PMESP, 2006

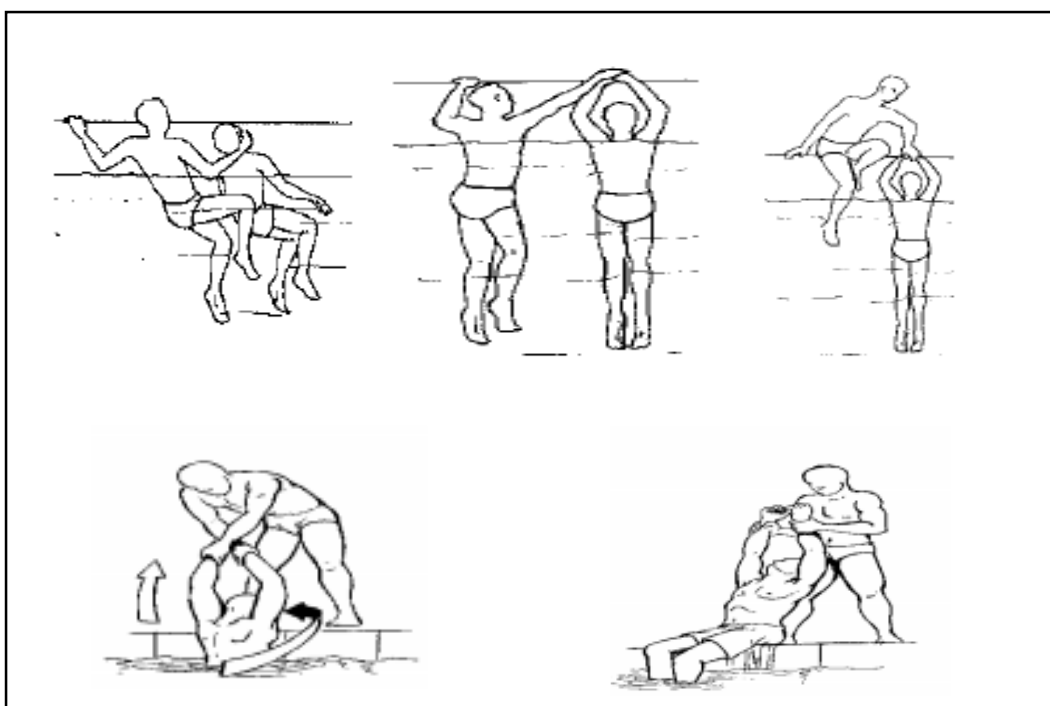
**REBOQUE:** o método mais utilizado para o reboque é o reboque de peito cruzado, em que estabelece uma segurança a vítima por deixar sua cabeça elevada fora da superfície da água.



**Imagem 3** – Reboque de peito cruzado

**Fonte:** DALLA DÉA, 2010

**RETIRADA DE VÍTIMAS:** se baseia na retirada de uma afogado de piscinas, lagos e outros.



**Imagem 4** – Retirada de vítima da água em piscinas

**Fonte 1:** DALLA DÉA, 2010

**Fonte 2:** MANUAL DE SALVAMENTO AQUÁTICO PMESP, 2006

**REBOQUE COM EQUIPAMENTO:** é o mesmo procedimento da aproximação sem equipamento, porém não se realiza o mergulho para evitar o agarramento da vítima, dessa vez deve-se entregar o flutuador até o acidentado se sentir confortável e com segurança. Em seguida é feito o encaixe do flutuador na vítima para o fechamento do mosquetão e iniciar o reboque.



**Imagem 5:** Encaixe do flutuador e fechamento do mosquetão  
**Fonte:** Do Autor



**Imagem 6 –** Reboque com equipamento  
**Fonte:** Do Autor

#### 4. AFOGAMENTO

Para Szpilman (2015), o afogamento acontece quando é aspirado líquido por motivo de submersão ou imersão, mais precisamente na entrada de líquido pelas vias aéreas seguindo o caminho da traqueia até os pulmões.

Há uma pequena anormalidade sanguínea quando aspirado e engolido água, a exemplo da taxa de sódio e potássio que podem sofrer aumento ou diminuição, alteração no volume de sangue dependendo do tipo de água que ocorreu o afogamento além de eliminação de hemácias. Órgãos como coração e o cérebro tendem a morrer devido à falta de oxigênio em poucos minutos (MANUAL DE GUARDA VIDAS DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006).

Mesmo com a prevenção adequada, as pessoas, por negligências, imprudência, imperícia, ou por más condições físicas e mal súbito que podem causar paradas cardíacas e respiratórias, desmaios e câimbras, ou, ainda, em razão de acidentes com barcos, podem encontrar-se em situações de perigo, de tal maneira que se não forem prontamente socorridas poderão afogar-se (MANUAL DE SALVAMENTO AQUÁTICO DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006, p.30).

Não podemos mais aceitar os afogamentos apenas como fatalidades, temos a oportunidade e o dever de fazer algo concreto no que concerne prevenir e atuar nos casos de afogamentos ou demais incidentes no meio aquático. O professor de Educação Física exerce uma função fundamental na segurança de seus alunos, devendo estar sempre atento e preparado para auxiliá-los a enfrentar uma situação de perigo. (CORREIA; NUNES, 2012).

#### **4.1. Tipos de Afogamento**

O afogamento primário é resultado direto de afogamento, ou seja, não houve qualquer motivo anterior para ocorrer o acidente (SZPILMAN,2001).

Afogamento secundário inclui algum fator determinante anterior causando a entrada de líquido nos pulmões e posteriormente a morte, pode-se citar o AVC, infarto do miocárdio, embriaguez entre outros (MANUAL TÉCNICO DE BOMBEIROS PMESP, 2004).

#### **4.2. Classificação dos Afogamentos**

Segundo Szpilman (2001) os afogamentos podem ser classificados:

GRAU 1: afogamento simples com a vítima consciente apresentando apenas tosse, sem sinais de espuma na boca e nariz. Geralmente não apresenta risco de vida.

GRAU 2: A vítima ainda consciente, diferenciando do grau 1 nos sinais de espuma na boca e nariz em pequenas quantidades. O percentual de mortalidade é 0,6%.

GRAU 3: Em relação ao grau 2 tem como característica grande quantidade de espuma na boca e nariz, é notório a pulsação radial ao ser palpável. O possibilidade de morte chega a 5,2%.

GRAU 4: Semelhante ao grau 3, porém o pulsação radial quando palpável não é mais perceptível. Tem índice de 19,4% de mortalidade.

GRAU 5: A vítima não respira, no entanto há sinais de circulação na pulsação carotídea e chegando a taxa de 44% de vítima ir a óbito.

GRAU 6: Sem sinais respiratórios e circulatórios, índice alto de mortalidade em 93%.

#### **4.3. Ventilação de Salvamento**

É de suma importância para a vítima de afogamento a medida da primeira intervenção, que diminui a insuficiência respiratória quando é feito a ventilação artificial ou com pressão com o objetivo de aumentar as chances de sobrevivência (CRUZ, 2010).

#### 4.4. Reanimação Cardiopulmonar (RCP)

É a parada repentinamente do sistema de circulação, do trabalho ventricular e ventilação em uma pessoa em que não há o risco de morte no momento do fato, sendo ela saudável e sem problemas de doença intratável ou enfermo terminal. (TALLO, 2012).

A parada cardíaca no afogamento é devido, principalmente, à falta de oxigênio. Por esta razão, é importante que a RCP siga a tradicional sequência do ABC (vias aéreas - respiração - circulação), em vez do CAB, iniciando a ventilação com cinco insuflações iniciais, seguidas por 30 compressões torácicas e continuando com duas ventilações e 30 compressões até retornarem os sinais de vida, o esgotamento do socorrista ou o Suporte Avançado de Vida chegar. (SZPILMAN, 2012).

O professor de Educação Física presente em um caso de afogamento poderá realizar de imediato os procedimentos para retirada da vítima da água e de acordo com a gravidade iniciar os primeiros socorros, até a chegada de uma equipe de emergência possibilitando maiores chances de sobrevivência a mesma (CORREIA; NUNES 2012).

Componente	Adulto	Criança	Bebê
Sequência RCP ( A - desobstruir vias aéreas, B - ventilação e C - compressão torácicas)	ABC	ABC	ABC
<b>Compressões torácicas</b>			
Qualidade da compressão	Comprimir rápido e forte, permitindo que o tórax se expanda novamente; Não descansar sobre a vítima, verificar a amplitude do movimento, velocidade e posição correta das mãos e evitar interromper a RCP.		
Posição das mãos	Mãos na metade inferior do osso esterno	Idem ao adulto, podendo ser com uma mão se for criança menor	1 socorrista - dois dedos 2 socorristas - dois polegares (envolver a mão no tórax da criança)
Frequência de compressão	100 a 120/minuto		
Profundidade da compressão	de 5 a 6 cm	cerca de 5 cm	cerca de 4cm
Vias aéreas	Executar a extensão da cabeça; se houver suspeita de trauma, executar a tração da mandíbula		
Relação compressão/ventilação	30x2 para 1 ou 2 socorristas	30x2 para 1 socorristas 15x2 para 2 socorristas	
Desfibrilação	Usar o DEA assim que possível, minimizar as interrupções na RCP antes e após o choque, retornando a RCP após o choque.		
Leigos não treinados ou inseguros	Executar apenas compressões torácicas, de 100 a 120/minuto até o serviço de emergência chegar		

**Quadro 1** – Principais ações a serem realizadas durante a reanimação cardiopulmonar

**Fonte:** HAZINSKI, 2010

#### 4.5. Apagamento

Apagamento é uma termo utilizado no salvamento aquático que remete ao desmaio em treinamento ou na prática de apneia quando submerso na água, em que a vítima pode sofrer asfixia intensa por afogamento. No passado, a maior índice de apagamento era registrado na atividade de mergulho, no entanto, na atualidade sabe-se que ocorrem casos em piscinas, em que as pessoas tendem a experimentar a apneia por mais tempo ou mesmo competir com outras pessoas em maior distância alcançada debaixo d'água (DALLA DÉA, 2010).

De acordo com o professor mestre Roberto Trindade que participou como consultor da programação científica em Apagamento no mergulho livre no Simpósio Brasileiro de Emergências Aquáticas que ocorreu no Rio de Janeiro em 2014 descreve o resgate de um apagamento da seguinte maneira:

- Condução da vítima a superfície como prioridade garantindo flutuabilidade positiva;
- Se atestar inconsciência;
- Visualizar orofaringe. Liberar vias aéreas. Ver, ouvir e sentir a respiração. Se constatar parada respiratória realizar de 5 a 10 ventilações se possível dentro d'água;
- Fazer a retirada da vítima para área seca para completa e efetiva reanimação cardiopulmonar ou atendimento pré-hospitalar;
- Em área seca seguir protocolo ABC e ofertar oxigênio.

#### 5. PREVENÇÃO

A prevenção é entendida como uma maneira de antecipar todas as medidas cabíveis, de forma a obter segurança de banhistas e evitar possibilidades de afogamentos, diminuir os danos deixados pelo sinistro que todo ano continua a causar prejuízos sociais e financeiros. Que sendo a prevenção uma antecipação, deveria ser implementada como meio didático nas aulas de natação (DA SILVA, 2014).

Medidas preventivas devem ser tomadas por profissionais no intuito de diminuir as ocorrências com alunos, podendo ser capaz de informar e disseminar conhecimento das prevenções de acidentes além desse profissional se sentir seguro em emergências individuais (SANTANA, 1999).

## 5.1. Prevenção de Afogamentos

De acordo com o Manual de piscina mais segura da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático – SOBRASA (2016) a prevenção de afogamento ajuda na diminuição das incidências de fatalidade quase que totalmente e pode ser classificada em três formas: a passiva que envolve qualquer tipo de prevenção coletiva, além de sinalização, campanhas, palestras e vídeos com intuito de continuação não relacionada com apenas um acidente específico. A Ativa que engloba as sinalizações de área e comportamento de risco do cenário como forma de prevenção, específico em atividades temporais ou situacional a exemplo de sinalização de corrente de retorno, proibições de determinados locais para banho. Finalizando com a prevenção reativa que está relacionada a prevenção individual visando a situação de risco iminente. A maioria dessas prevenções estão envolvidos leigos com treinamento, professores, profissionais da saúde, guarda vidas, serviços de salvamento, instituições governamentais e ONG's.

## 6. METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido através da coleta de dados por acadêmicos do último ano do curso de Educação Física, por meios de perguntas em um questionário (Apêndice A) visando a análise quantitativa do conhecimento que obtiveram em salvamento aquático na universidade federal, faculdades estaduais e particulares de educação física na cidade de Goiânia.

Além disso, visa o entendimento se os acadêmicos e futuros educadores físicos estão aptos a atender a Norma Técnica – 16 do CBMGO para finalidade que a norma foi criada no intuito de prevenir e evitar acidentes em piscinas com o ideal de segurança.

Nas descrição de Manzato e Santos (2012), a pesquisa quantitativa, numa visão geral, é utilizada para mensurar as opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes de um público alvo a ser pesquisado, de forma a realizar uma amostra que represente a pesquisa com estudo comprovado feito através de estatística. Esse método tem o seguinte procedimento: problema, planejamento amostral, redação do questionário, pesquisa de campo, obtenção de dados, análise estatística e discussão de resultados.

A pesquisa foi realizada na média de 30 alunos de cada instituição de ensino superior, que estão cursando o último período do curso. Foram pesquisadas 7 universidades que oferecem o curso de graduação em Educação Física no município de Goiânia (Anexo A), assim temos o universo de 210 acadêmicos. Destes foram entrevistados 182 alunos, com nível de

confiabilidade de 99% e com margem de erro de 3,5% baseado na equação de cálculo amostral de população finita (SANTOS, 2010):

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n – amostra calculada

N – população (210)

Z – variável padronizada associada ao nível de confiança (99%= 2,575)

P – verdadeira probabilidade do evento (0 a 1, usaremos 0,5)

e – erro amostral (3,5%)

Logo temos:

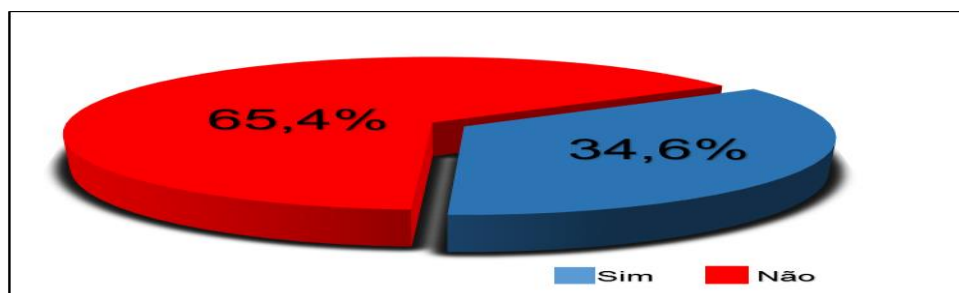
$$n = \frac{210 \cdot (2,575)^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}{(2,575)^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5) + (0,035)^2 \cdot (210 - 1)}$$

$$n = 182 \text{ amostras}$$

## 7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário com seis perguntas está direcionado nas observações de Santana (1999), Correia e Nunes (2012), Szpilman (2012) e Guaiano (2005) em seus artigos relacionado ao tema. No questionário aplicado, a primeira pergunta obteve-se o seguinte resultado:

**1ª pergunta:** Durante sua vida acadêmica como futuro profissional de educação física, nas instruções de natação em caso de afogamento com algum aluno você tem segurança em como proceder na situação de socorro.



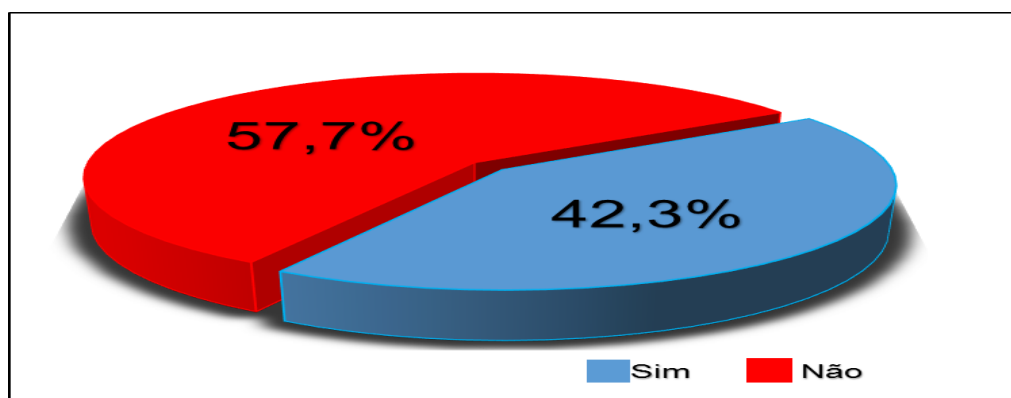
**Gráfico 1** – Segurança na atuação dos acadêmicos em caso de afogamento em piscinas

**Fonte:** Do Autor

Como diz Santana (1999) é preciso ter segurança para atuar em acidentes que envolvem o afogamento. A análise mostra que na opinião dos acadêmicos de educação física a segurança na atuação de um possível acidente envolvendo de afogamento é de 34,6% contra 65,4% daqueles que não se sentem seguros para atuar. O Resultado é preocupante para esse futuro profissional, que pode optar por exercer a profissão nas atividades que envolvem o meio líquido e, em caso de acidente, atuar em situações de emergência nas instruções como professor de natação.

Empiricamente a sociedade acredita que o professor de Educação Física detenha conhecimento para executar e ensinar, além dos estilos da natação, os atendimentos emergenciais, necessários para que o aluno não sofra ou não se envolva num afogamento, podendo até perder sua vida (CORREIA; NUNES 2012).

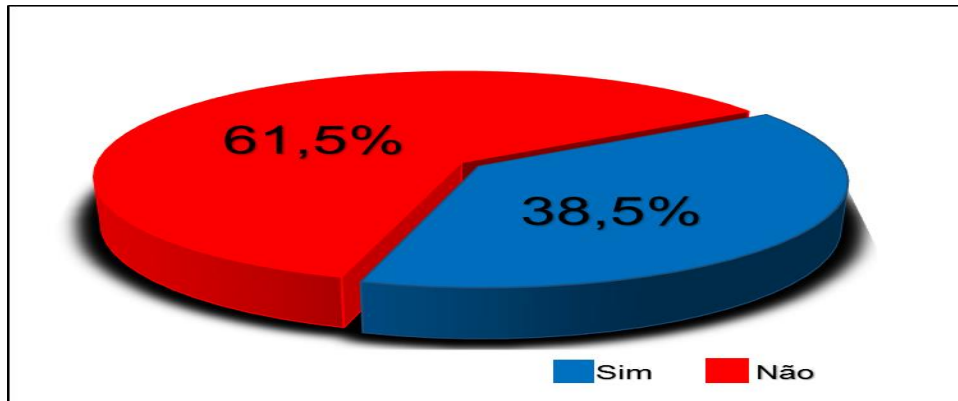
**2ª pergunta:** Você recebeu instrução sobre recuperação de afogamento durante sua vida acadêmica?



**Gráfico 2** – Conhecimento em recuperação de afogamento pelos acadêmicos  
**Fonte:** Do Autor

A segunda pergunta está relacionada as instruções de recuperação de afogamento. Segundo Szpilman (2012) nas ocorrências que envolvem o afogamento é indispensável o atendimento de emergência. Relacionado a isso, a pesquisa mostra que 42,3% dos acadêmicos receberam instrução de recuperação de afogados, enquanto 57,7% não tiveram o conhecimento que é de suma importância para iniciar um atendimento. Observa-se que há uma diferença percentual de 15,4% no ensino sobre o assunto abordado, porém é difícil saber qual desses futuros profissionais vai estar as margens da piscina, tendo o conhecimento ou não em recuperação de afogados, para ministrar aula de natação. A este profissional é importante que ele possa conhecer os graus de afogamento, manobra da reanimação cardiopulmonar, a ventilação de emergência até a chegada do socorro especializado.

**3ª pergunta:** Você recebeu instrução sobre resgate e salvamento aquático em piscinas?

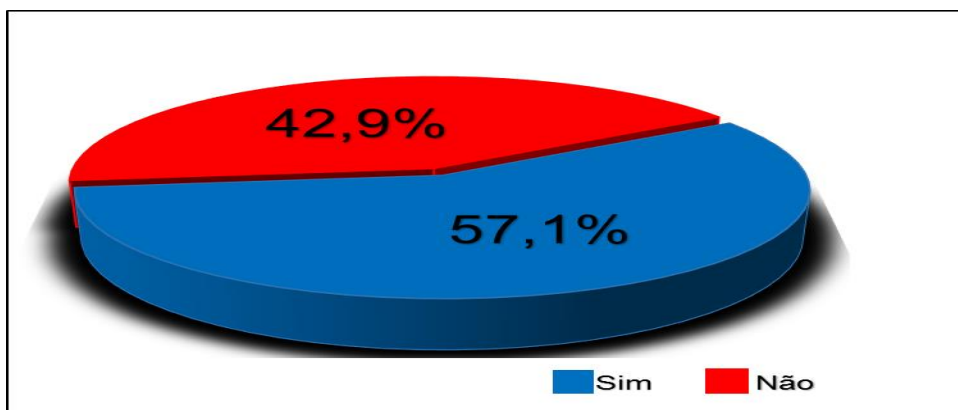


**Gráfico 3** – Conhecimento sobre resgate e salvamento aquático em piscina pelos acadêmicos

**Fonte:** Do Autor

A terceira pergunta se refere ao resgate e salvamento aquático em piscinas. Nas palavras de Nunes e Correia (2012) afirmam ser importante a prática e a teoria para evitar acidentes na água, além de técnicas de salvamento aquático. Foi observado na análise que 38,5% dos acadêmicos receberam instrução de resgate e salvamento aquático em piscinas em suas instituições. Por outro lado, 61,5% deles não obtiveram aulas que envolvem o assunto. Sobre esta problemática, os resultados confirmam a opinião dos autores, onde podemos analisar que o profissional da área carece de aprendizagem das técnicas de salvamento aquático. É importante ao profissional saber qual o tipo de salvamento ele poder realizar (simples, com equipamento) e os procedimentos das manobras de salvamento aquático (entrada na água, aproximação, reboque e retirada da vítima da água).

**4ª pergunta:** Você recebeu instruções de prevenção de acidentes em piscinas?

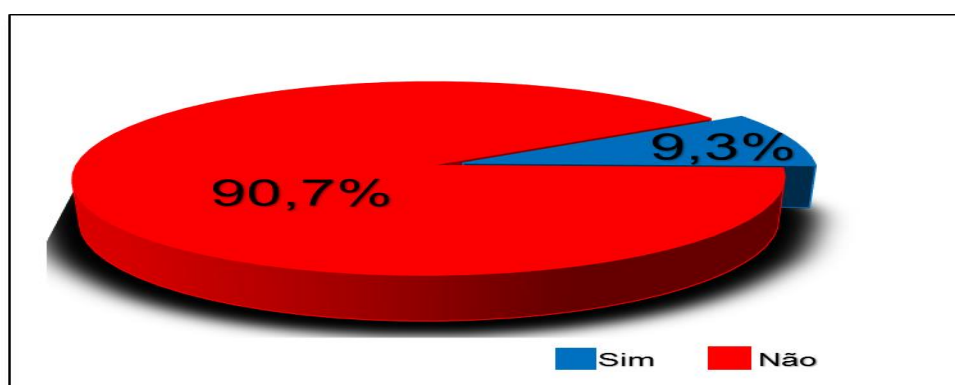


**Gráfico 4** – Conhecimento em prevenção de acidentes em piscinas pelos acadêmicos.

**Fonte:** Do Autor

A quarta pergunta se baseia no que diz Marin (2004), que afirma que as aulas em meio aquático são ministradas por profissionais de educação física e que a maioria das orientações é direcionado para natação. Porém, afirma que temos compreensão errada que deve apenas ser feito a natação em meio líquido. No gráfico, 51,7% dos alunos de educação física tiveram instruções de prevenção de acidentes em piscina. No entanto, 42,9% desses alunos não adquiriram esse conhecimento para sua melhor formação. Nessa mensuração de dados dos acadêmicos, nota-se que mais da metade dos alunos receberam orientações na prevenção de piscinas ministradas pelas instituições de ensino. A prevenção é uma das melhores saídas para diminuição dos possíveis acidentes.

**5ª pergunta:** Você fez alguma capacitação, ou recebeu capacitação de salvamento aquático em piscinas por outras instituições?

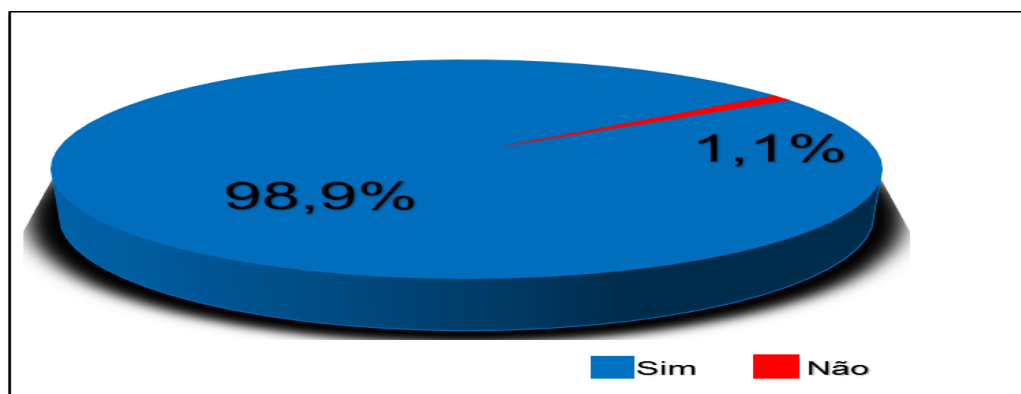


**Gráfico 5** – Capacitação dos acadêmicos em salvamento aquático por outras instituições.

**Fonte:** Do Autor

A quinta pergunta foi baseada no que diz o manual de piscina mais segura da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático – SOBRASA (2016) em que na prevenção estão envolvidos leigos com treinamento, professores, profissionais da saúde, guarda vidas, serviços de salvamento, instituições governamentais e ONG's. O resultado na pesquisa de campo mostra que 90,7% dos acadêmicos não fizeram ou não receberam alguma capacitação de salvamento aquático em piscinas por outras instituições. Porém, apenas 9,3% conseguiram obter esse conhecimento para sua capacitação de outras instituições a exemplo dos bombeiros militares, forças armadas, e polícia militar.

**6ª pergunta:** Se na sua carreira você tiver a oportunidade de ser professor de natação você acredita ser importante ter o conhecimento em salvamento aquático em piscinas para uma melhor capacitação profissional?



**Gráfico 6** – Aspiração dos acadêmicos por melhor capacitação em salvamento aquático  
**Fonte:** Do Autor

A sexta pergunta, está relacionada ao que diz Guaiano (2005) sobre os profissionais de educação física que aspiram a capacitação em salvamento aquático. O Resultado mostra que 98,9% dos acadêmicos acreditam que é importante a capacitação em salvamento aquático em piscinas. Já 1,1% não acham que seja importante que o educador físico tenha capacitação em salvamento aquático.

Iminência de afogamento em piscinas			
2014	2015	2016	Total
2	7	5	14
Afogamento em piscinas			
2014	2015	2016	Total
2	3	5	10

**Tabela 1** – Estatística CBMGO em afogamento e iminência de afogamento em piscinas  
**Fonte:** 1ª SEÇÃO DO ESTADO MAIOR GERAL – BM/1

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada com os acadêmicos nas instituições de ensino superior, observa-se que há uma preocupação para o atendimento da Norma Técnica – 16 do CBMGO, tendo em vista que após a formação acadêmica, esses futuros profissionais ainda não se sentem capacitados a cumprir, em caso de afogamento, o que a norma propõe e ao objetivo de sua criação que é a segurança em piscinas coletivas.

A Resolução nº 07, de 31 de março de 2004, que institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em educação física (Anexo B), em nível superior de

graduação plena, não estabelece na sua formação curricular o conhecimento em situações de emergência ou primeiros socorros.

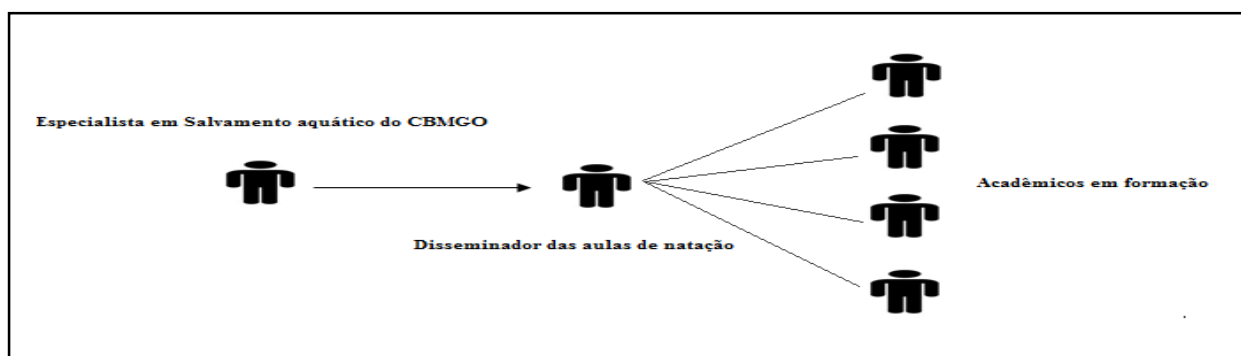
Essa mesma abordagem analisada em outros Estados, como o Rio de Janeiro que na criação da lei nº 4428 em 2004, parágrafo único, legaliza que o profissional de educação física é reconhecido como guardião de piscinas, regularmente inscrito no CONFEF/CREF em curso específico, com organização pelo Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região e com assinatura do Corpo de Bombeiros Militares.

Uma sugestão pode ser o trabalho que a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático – SOBRASA, tendo o conhecimento dessa situação vivida pelos profissionais que atuam no meio líquido, sugere o curso de emergências aquáticas que visa não a formação de guarda vidas e sim a diminuição no índice de afogamento. Dessa forma, a formação dos profissionais tem validade por dois anos, devendo realizar recapacitações após esse período.

As piscinas classificadas como coletivas em academias, clubes de natação e com fins terapêuticos ficam excluídas da exigência de Guarda-vidas, desde que os professores ou instrutores de natação ou esportes aquáticos sejam, devidamente capacitados com o curso de emergências aquáticas, exclusivamente responsabilizados por suas turmas de alunos ou atletas participantes de competições, e que na referida piscina não haja nado livre ou recreativo ocorrendo paralelamente a atividade sem a responsabilidade de um professor. (MANUAL PISCINA MAIS SEGURA, 2016).

Uma segunda sugestão, pode ser a extensão universitária do curso, que é necessário para carga horária como complementação da formação do acadêmico de Educação Física, onde é relacionado assuntos pertinentes para aprendizado aos alunos em prol do benefício da comunidade e suas deficiências. Assim, seminários, palestras e congressos poderiam ser realizados pelo CBMGO no intuito da orientação em salvamento aquático em caso de afogamento em piscinas.

Outra sugestão, seria o método indireto, ou seja, cada instituição possui seu instrutor de natação que ministra o conhecimento aos alunos, seria relevante que estes docentes tivessem um treinamento em salvamento aquático em piscinas pelo CBMGO, tendo como aprendizado agir em situações de afogamento e primeiros socorros até a chegada do socorro especializado. Assim, disseminariam o conhecimento aos acadêmicos no momento que tivessem o período das aulas de natação, além disso o instrutor de natação deve fazer reciclagem a cada período orientado pelo CBMGO como forma de atualização. O CBMGO de forma indireta auxiliaria os docentes das instituições e esses aos alunos. Este método pode ser utilizado quando da indisponibilidade do CBMGO atender todas as turmas do curso de educação física de Goiânia que necessitem do conhecimento em salvamento aquático.



**Quadro 2** – Forma indireta de ensino de salvamento aquático para instituições

Fonte: Do Autor

Pontos Positivos para o CBMGO	Pontos Positivos para Instituições pesquisadas e educadores físicos
Prevenção	Prevenção
Diminuição de afogamentos	Segurança na atuação de afogamento
Parceria	Capacitação indireta
Fortalecimento da NT – 16	Credibilidade nos serviços prestados

**Quadro 3** – Pontos positivos na interação entre o CBMGO, instituições pesquisadas e educadores físicos no atendimento da NT - 16

Fonte: Do Autor

## REFERÊNCIAS

CORREIA, Ricardo Barbosa; NUNES, Jean Carlos. **Análises das possibilidades de intervenção do professor de educação física, como ação preventiva em acidentes de afogamentos em espaços de lazer e aprendizagem: uma revisão bibliográfica.** Ano 2012

COLETÂNEA DE MANUAIS TÉCNICOS DE BOMBEIROS. **Manual de salvamento aquático.** PMESP. 1ª Edição 2006, volume 9. Estado de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.bombeiros.com.br/new/mtb/09%20salvamento%20aquatico.pdf>. Acesso em: 11 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Manual do guarda vidas.** PMESP. 1ª Edição 2006, volume 11. Estado de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.bombeiros.com.br/new/mtb/11-manual%20do%20guarda%20vida.pdf>. Acesso em: 11 de dezembro de 2016.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Norma técnica 16: segurança em áreas de piscinas e emprego de guarda vidas.** Goiás, 2014. Disponível em: [http://www.bombeiros.go/wp-content/uploads/2014/10/nt-16\\_2014-segurancaem-areas-de-piscinas-e-emprego-de-guarda-vidas.pdf](http://www.bombeiros.go/wp-content/uploads/2014/10/nt-16_2014-segurancaem-areas-de-piscinas-e-emprego-de-guarda-vidas.pdf). Acesso em: 8 de dezembro de 2016.

CRUZ, J. R. S. **Ressuscitação no afogamento. Sergipe, 2010.** Disponível em: [http://www.saj.med.br/uploaded/File/novos\\_artigos/Afogamento.pdf](http://www.saj.med.br/uploaded/File/novos_artigos/Afogamento.pdf). Acesso em: 06 de dezembro de 2016;

DA SILVA, Paulo Wesley. **Prevenção de afogamentos: aula de natação o campo propício para aplicar as medidas preventivas e de sobrevivência aquática, minimizando os possíveis danos causados por este acidente.** Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Campina Grande 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3405/1/PDF%20%20Paulo%20Wesley%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 5 de dezembro de 2016.

DALLA DÉA, Vanessa Helena Santana. **Apostila práticas corporais aquáticas.** Universidade Federal de Goiás - UFG Faculdade de Educação Física 2010.

GUAIANO, Osni Pinto. **O emprego dos elementos do surf no salvamento aquático: concepções de professores e alunos do curso de graduação em Educação Física.** 2005.

HAZINSKI, Mary Fran; FIELD, John M. 2010 American Heart Association guidelines for cardiopulmonary resuscitation and emergency cardiovascular care science. **Circulation**, v. 122, n. Suppl, p. S639-S946, 2010.

MANUAL, OBJETIVO DESTES; DE PISCINAS, DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO. O PISCINA+SEGURA É UM PROGRAMA DE QUALIDADE EM SEGURANÇA–SOBRASA 2016.

MANZATO, Antonio José; SANTOS Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. Departamento de ciência de computação e estatística – Universidade de Santa Catarina** 2012.

MARÍN, Antonio Muñoz. **Atividades aquáticas como conteúdo da área de educação física.** Lecturas: Educacion Fisica y Deportes, Buenos Aires, ano, v. 10, 2004.

NORMA TÉCNICA 16/2014 – **Segurança em Área de Piscinas e Emprego de Guarda-Vidas.** Disponível em: [http://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/nt-16\\_2014-seguranca-em-areas-de-piscinas-e-emprego-de-guarda-vidas.pdf](http://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/nt-16_2014-seguranca-em-areas-de-piscinas-e-emprego-de-guarda-vidas.pdf). Acesso em: 11 de dezembro de 2016.

POLÍCIA MILITAR DE ESTADO DE SÃO PAULO, MANUAL TÉCNICO DE BOMBEIROS. **Busca e salvamento aquático.** Setor Gráfico do CSM/M Int 2ª Edição Impresso em fevereiro de 2004 Tiragem: 300 exemplares. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.jurdepaula.com.br/site/wp-content/uploads/2013/10/MTB-09-PM-ManualT%C3%A9cnico-de-Bombeiros-Busca-e-Salvamento-Aqu%C3%A1tico.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

Resolução nº 7, de 31 de março de 2004. **Institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em educação física**, em nível superior de graduação plena.

RIO DE JANEIRO. **Decreto lei nº 4.428, de 21 de outubro de 2004.** Assembleia Legislativa. Rio de Janeiro, 2004.

SANTANA, Vanessa Helena. **Resgate, salvamento aquático e as informações preventivas e de sobrevivência aulas de natação de natação dos clubes de campinas**. Unicamp. Campinas-SP. Ano 1999. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000329252>. Acesso em: 06 de dezembro de 2016.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Ano 2010. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la>. Acesso em: 18 de janeiro de 2017.

SEÇÃO DO ESTADO MAIOR GERAL – BM/1. **BM/1 Estatísticas**. Disponível em: <http://www.bombeiros.gov.br/bm1-estatisticas>. Acesso em 3 de fevereiro de 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO. **Simpósio brasileiro de emergências aquáticas impacto, prevenção e ação**. Rio de janeiro 2014. Disponível em: [http://www.sobrasa.org/new\\_sobrasa/arquivos/simposio\\_bras\\_prevenrio/Roberto%20Trinidad e-Apagamento%20no%20Mergulho%20Livre.pdf](http://www.sobrasa.org/new_sobrasa/arquivos/simposio_bras_prevenrio/Roberto%20Trinidad e-Apagamento%20no%20Mergulho%20Livre.pdf). Acesso em 20 fevereiro de 2017.

SZPILMAN, D. **Afogamento: tragédia sem atenção**. Artigo traduzido e resumido do original publicado em 26 de maio de 2012, na revista médica “New England Journal of Medicine”.

SZPILMAN, David. **Afogamento**. Rio de janeiro, 2001. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/21737760/721255275/name/afogamento%20Szpilman.pdf>. Acesso em: 3 janeiro de 2016.

SZPILMAN, David. **Manual de emergências aquáticas**. Ano 2015. Disponível em: [http://www.sobrasa.org/new\\_sobrasa/arquivos/baixar/Manual\\_de\\_emergencias\\_aquaticas\\_2015.pdf](http://www.sobrasa.org/new_sobrasa/arquivos/baixar/Manual_de_emergencias_aquaticas_2015.pdf). Acesso em: 8 de dezembro de 2016.

SZPILMAN, David; VASCONCELOS, M. B. **Afogamentos em piscinas. Informativo epidemiológico-avaliação no brasil**. Rio de Janeiro: SABRAS, 2011.

TALLO, Fernando Sabia et al. **Atualização em reanimação cardiopulmonar: uma revisão para o clínico**. Rev Bras Clin Med, v. 10, n. 3, p. 194-200, 2012.

VIEIRA, S.; FREITAS, A. **O que é natação**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2006.

## APÊNDICE A – Questionário de Perguntas

### QUESTIONÁRIO DE PERGUNTAS AOS ACADÊMICOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Faculdade/Universidade \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

RG ou CPF: \_\_\_\_\_

Este questionário visa o objetivo de quantificar o conhecimento em salvamento aquático pelos acadêmicos do curso de educação física na cidade de Goiânia, utilizado como subsídio para o Trabalho de Conclusão de Curso do Cadete CFO III Everton Willian Souza Martins do Curso de Formação de Oficiais. Mantendo sigilo de todos os entrevistados referentes ao nome e dados pessoais.

#### Questionário de perguntas

1-Durante sua vida acadêmica como futuro profissional de educação física, nas instruções de natação em caso de afogamento com algum aluno você tem segurança em como proceder na situação de socorro?

Sim  Não

2- Você recebeu instrução sobre recuperação de afogamento durante sua vida acadêmica?

Não  Sim.

3-Você recebeu instrução sobre resgate e salvamento aquático em piscinas?

Não  Sim

4-Você recebeu instruções de prevenção de acidentes em piscinas?

Não  Sim

5- Você fez alguma capacitação, ou recebeu capacitação de salvamento aquático em piscinas por outras instituições?

Não  Sim. Qual? \_\_\_\_\_

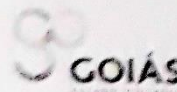
6- Se na sua carreira você tiver a oportunidade de ser professor de natação você acredita ser importante ter o conhecimento em salvamento aquático em piscinas para uma melhor capacitação profissional?

Não  Sim

ANEXO A – Ofícios das universidades



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADM. PENITENCIARIA  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
COMANDO DA ACADEMIA E ENSINO BOMBEIRO MILITAR



Ofício n. 103/2017

Goiânia, 03 de fevereiro de 2017.

À Senhora  
Flávia Rasmussen Faria  
Coordenadora do Curso de Educação Física da Faculdade Araguaia  
Av. T-10, 1047, St. Bueno  
Goiânia – GO

Assunto: Pesquisa Científica

Senhora Coordenadora,

Apresento o Cad QPEsp. CBMGO Everton Willian Souza MARTINS, o qual o TC QOC Roberto Machado BORGES orienta em seu Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Formação de Oficiais – CFO.

O motivo dessa apresentação é minha solicitação, à Senhora, para que conceda ao acadêmico realizar sua pesquisa na aplicação de um questionário, uma vez que sua pesquisa é de relevância institucional com o tema “Análise do conhecimento acadêmico de alunos de educação física como professores de natação em salvamento aquático de acordo com NT-16 do CBMGO em Goiânia”.

A visita que o cadete fará à Faculdade Araguaia está prevista para início de fevereiro e seu telefone de contato é (96) 9 9118-6695.

Coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos que a Coordenadoria de Educação Física da Faculdade Araguaia julgue necessários e oportunos.

Atenciosamente,

  
Sérgio Ribeiro Lopes – Cel QOC  
Comandante do CAEBM



Ofício n. 105/2017

Goiânia, 03 de fevereiro de 2017.

Ao Senhor  
Roner Soares da Silva  
Coordenador do Curso de Educação Física da Faculdade Estácio  
Rua 67 A, 216, Qd. 140, St. Norte Ferroviário  
Goiânia - GO

Assunto: Pesquisa Científica

Senhor Coordenador,

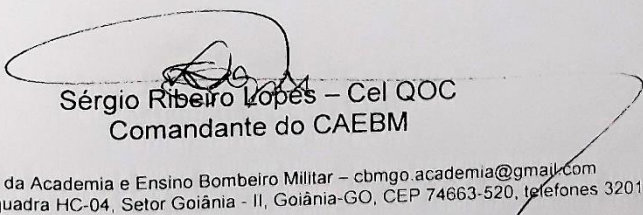
Apresento o Cad QPEsp. CBMGO Everton Willian Souza MARTINS, o qual o TC QOC Roberto Machado BORGES orienta em seu Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Formação de Oficiais – CFO.

O motivo dessa apresentação é minha solicitação, ao Senhor, para que conceda ao acadêmico realizar sua pesquisa na aplicação de um questionário, uma vez que sua pesquisa é de relevância institucional com o tema “Análise do conhecimento acadêmico de alunos de educação física como professores de natação em salvamento aquático de acordo com NT-16 do CBMGO em Goiânia”.

A visita que o cadete fará à Faculdade Estácio está prevista para início de fevereiro e seu telefone de contato é (96) 9 9118-6695.

Coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos que a Coordenadoria de Educação Física da Faculdade Estácio julgue necessários e oportunos.

Atenciosamente,



Sérgio Ribeiro Lopes – Cel QOC  
Comandante do CAEBM



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADM. PENITENCIARIA  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
COMANDO DA ACADEMIA E ENSINO BOMBEIRO MILITAR



Ofício n. 124/2017

Goiânia, 03 de fevereiro de 2017.

Ao Senhor  
Roberto Pereira Furtado  
Coordenador do Curso de Educação Física e Dança – FEFD/UFG  
Avenida Esperança s/n Campus Samambaia,  
Goiânia – GO

Assunto: Pesquisa Científica

Senhor Coordenador,


Apresento o Cad QPEsp. CBMGO Everton Willian Souza MARTINS, o qual o TC QOC Roberto Machado BORGES orienta em seu Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Formação de Oficiais – CFO.

O motivo dessa apresentação é minha solicitação, ao Senhor, para que conceda ao acadêmico realizar sua pesquisa na aplicação de um questionário, uma vez que sua pesquisa é de relevância institucional com o tema “Análise do conhecimento acadêmico de alunos de educação física como professores de natação em salvamento aquático de acordo com NT-16 do CBMGO em Goiânia”.

A visita que o cadete fará à FEFD/UFG está prevista para início de fevereiro e seu telefone de contato é (96) 9 9118-6695.

Coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos que a Coordenadoria de Educação Física da FEFD/UFG julgue necessários e oportunos.

Atenciosamente,

  
Sérgio Ribeiro Lopes – Cel QOC  
Comandante do CAEBM



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADM. PENITENCIÁRIA  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
COMANDO DA ACADEMIA E ENSINO BOMBEIRO MILITAR



Ofício n. 110/2017

Goiânia, 03 de fevereiro de 2017.

Ao Senhor  
Isaias Moreira Ferraz Junior  
Coordenador do Curso de Educação Física da Pontifícia Universidade Católica – PUC  
Av. Engler, S/N, Jd. Mariliza  
Goiânia – GO

Assunto: Pesquisa Científica

Senhor Coordenador,


Apresento o Cad QPEsp. CBMGO Everton Willian Souza MARTINS, o qual o TC QOC Roberto Machado BORGES orienta em seu Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Formação de Oficiais – CFO.

O motivo dessa apresentação é minha solicitação, ao Senhor, para que conceda ao acadêmico realizar sua pesquisa na aplicação de um questionário, uma vez que sua pesquisa é de relevância institucional com o tema "Análise do conhecimento acadêmico de alunos de educação física como professores de natação em salvamento aquático de acordo com NT-16 do CBMGO em Goiânia".

A visita que o cadete fará à PUC Goiás está prevista para início de fevereiro e seu telefone de contato é (96) 9 9118-6695.

Coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos que a Coordenadoria de Educação Física da PUC Goiás julgue necessários e oportunos.

Atenciosamente,

  
Sérgio Ribeiro Lopes – Cel QOC  
Comandante do CAEBM



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADM. PENITENCIARIA  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
COMANDO DA ACADEMIA E ENSINO BOMBEIRO MILITAR



Ofício n. 104/2017

Goiânia, 03 de fevereiro de 2017.

Ao Senhor  
Reigler Siqueira Pedroza  
Coordenador do Curso de Educação Física da Univers. Estadual de Goiás – UEG,  
Campus ESEFEGO, Av. Anhanguera, 3228, Leste Vila Nova  
Goiânia – GO

Assunto: Pesquisa Científica

Senhor Coordenador,


Apresento o Cad QPEsp. CBMGO Everton Willian Souza MARTINS, o qual o TC QOC Roberto Machado BORGES orienta em seu Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Formação de Oficiais – CFO.

O motivo dessa apresentação é minha solicitação, ao Senhor, para que conceda ao acadêmico realizar sua pesquisa na aplicação de um questionário, uma vez que sua pesquisa é de relevância institucional com o tema "Análise do conhecimento acadêmico de alunos de educação física como professores de natação em salvamento aquático de acordo com NT-16 do CBMGO em Goiânia".

A visita que o cadete fará ao Campus ESEFEGO da UEG está prevista para início de fevereiro e seu telefone de contato é (96) 9 9118-6695.

Coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos que a Coordenadoria de Educação Física da UEG julgue necessário e oportuno.

Atenciosamente,

  
Sérgio Ribeiro Lopes – Cel QOC  
Comandante do CAEBM



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADM. PENITENCIARIA  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
COMANDO DA ACADEMIA E ENSINO BOMBEIRO MILITAR



Ofício n. 109/2017

Goiânia, 03 de fevereiro de 2017.

Ao Senhor  
Alberto Otávio Collus  
Coordenador do Curso de Educação Física da Universidade Paulista – UNIP  
Rodovia BR, 153, Km 503, Fazenda Botafogo  
Goiânia – GO

Assunto: Pesquisa Científica

Senhor Coordenador,

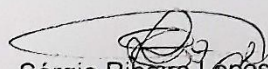
Apresento o Cad QPEsp. CBMGO Everton Willian Souza MARTINS, o qual o TC QOC Roberto Machado BORGES orienta em seu Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Formação de Oficiais – CFO.

O motivo dessa apresentação é minha solicitação, ao Senhor, para que conceda ao acadêmico realizar sua pesquisa na aplicação de um questionário, uma vez que sua pesquisa é de relevância institucional com o tema “Análise do conhecimento acadêmico de alunos de educação física como professores de natação em salvamento aquático de acordo com NT-16 do CBMGO em Goiânia”.

A visita que o cadete fará à UNIP está prevista para início de fevereiro e seu telefone de contato é (96) 9 9118-6695.

Coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos que a Coordenadoria de Educação Física da UNIP julgue necessários e oportunos.

Atenciosamente,

  
Sérgio Ribeiro Lopes – Cel QOC  
Comandante do CAEBM



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADM. PENITENCIÁRIA  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
COMANDO DA ACADEMIA E ENSINO BOMBEIRO MILITAR



Ofício n. 107/2017

Goiânia, 03 de fevereiro de 2017.

Ao Senhor  
Alcyr Alves Viana Neto  
Coordenador do Curso de Educação Física da Universidade Salgado de Oliveira –  
UNIVERSO  
Rua 105-B, 185, Setor Sul  
Goiânia – GO

Assunto: Pesquisa Científica

Senhor Coordenador,


Apresento o Cad QPEsp. CBMGO Everton Willian Souza MARTINS, o qual o TC QOC Roberto Machado BORGES orienta em seu Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Formação de Oficiais – CFO.

O motivo dessa apresentação é minha solicitação, ao Senhor, para que conceda ao acadêmico realizar sua pesquisa na aplicação de um questionário, uma vez que sua pesquisa é de relevância institucional com o tema “Análise do conhecimento acadêmico de alunos de educação física como professores de natação em salvamento aquático de acordo com NT-16 do CBMGO em Goiânia”.

A visita que o cadete fará à UNIVERSO está prevista para início de fevereiro e seu telefone de contato é (96) 9 9118-6695.

Coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos que a Coordenadoria de Educação Física da UNIVERSO julgue necessários e oportunos.

Atenciosamente,

  
Sérgio Ribeiro Lopes – Cel QOC  
Comandante do CAEBM

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**RESOLUÇÃO Nº 7, DE 31 DE MARÇO DE 2004. (\*) (\*\*)**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES 58/2004, de 18 de fevereiro de 2004, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 18 de março de 2004, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, assim como estabelece orientações específicas para a licenciatura plena em Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de graduados em Educação Física definem os princípios, as condições e os procedimentos para a formação dos profissionais de Educação Física, estabelecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, no desenvolvimento e na avaliação do projeto pedagógico dos cursos de graduação em Educação Física das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Art. 4º O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

§ 1º O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

§ 2º O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo

(\*) CNE. Resolução CNE/CES 7/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de abril de 2004, Seção 1, p. 18.

(\*\*) Alterada pela Resolução CNE/CES nº 7, de 4 de outubro de 2007.

como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução.

Art. 5º A Instituição de Ensino Superior deverá pautar o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física nos seguintes princípios:

- a) autonomia institucional;
- b) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- c) graduação como formação inicial;
- d) formação continuada;
- e) ética pessoal e profissional;
- f) ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
- g) construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
- h) abordagem interdisciplinar do conhecimento;
- i) indissociabilidade teoria-prática;
- j) articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

Art. 6º As competências de natureza político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física.

§ 1º A formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada visando a aquisição e desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.

- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.

- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem

ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

§ 2º As Instituições de Ensino Superior poderão incorporar outras competências e habilidades que se mostrem adequadas e coerentes com seus projetos pedagógicos.

§ 3º A definição das competências e habilidades gerais e específicas que caracterizarão o perfil acadêmico-profissional do Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá pautar-se em legislação própria do Conselho Nacional de Educação.

Art. 7º Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

§ 1º A Formação Ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento:

- a) Relação ser humano-sociedade
- b) Biológica do corpo humano
- c) Produção do conhecimento científico e tecnológico

§ 2º A Formação Específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, deve contemplar as seguintes dimensões:

- a) Culturais do movimento humano
- b) Técnico-instrumental
- c) Didático-pedagógico

§ 3º A critério da Instituição de Ensino Superior, o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física poderá propor um ou mais núcleos temáticos de aprofundamento, utilizando até 20% da carga horária total, articulando as unidades de conhecimento e de experiências que o caracterizarão.

§ 4º As questões pertinentes às peculiaridades regionais, às identidades culturais, à educação ambiental, ao trabalho, às necessidades das pessoas portadoras de deficiência e de grupos e comunidades especiais deverão ser abordadas no trato dos conhecimentos da formação do graduado em Educação Física.

Art. 8º Para o Curso de Formação de Professores da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, as unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de

ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano.

Art. 9º O tempo mínimo para integralização do curso de graduação em Educação Física será definido em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 10. A formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da *prática como componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares*.

§ 1º A *prática como componente curricular* deverá ser contemplada no projeto pedagógico, sendo vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, desde o início do curso.

§ 2º O *estágio profissional curricular* representa um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso.

I. - o caso da Instituição de Ensino Superior optar pela proposição de núcleos temáticos de aprofundamento, como estabelece o Art. 7º, § 1º desta Resolução, 40% da carga horária do *estágio profissional curricular* supervisionado deverá ser cumprida no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato.

§ 3º As *atividades complementares* deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a Instituição de Ensino Superior criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos.

§ 4º A carga horária para o desenvolvimento das experiências aludidas no caput deste Artigo será definida em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 11. Para a integralização da formação do graduado em Educação Física poderá ser exigida, pela instituição, a elaboração de um trabalho de do curso, sob a orientação acadêmica de professor qualificado.

Art. 12. Na organização do curso de graduação em Educação Física deverá ser indicada a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Art. 13. A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados institucionalmente, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

§ 1º A avaliação deverá basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas.

§ 2º As metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 14. A duração do curso de graduação em Educação Física será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.

**EDSON DE OLIVEIRA NUNES**  
Presidente da Câmara de Educação Superior em exercício